



Centro de Documentação e Informação do Poder Local:

O caso do Concelho do Fundão

Paulo Silveira

Câmara Municipal do Fundão, Portugal, pacremil@gmail.com

Resumo

O Centro de Documentação e Informação do Poder Local, é da iniciativa da Câmara Municipal do Fundão, enquanto projeto interdisciplinar, plural, aberto e abrangente, em defesa da preservação da memória coletiva e, em particular, dos temas específicos e gerais do vasto património humano, subjacente à missão e aos desafios dos sucessivos eleitos locais, no contexto do Direito à Memória de todo um vasto público interessado nas questões candentes da Administração Local. Os seus objetivos compreendem, a contribuição para a preservação documental da memória autárquica, a valorização do seu legado histórico, o estudo, tratamento e difusão dos recursos disponíveis, subjacentes, à constituição de um acervo arquivístico, bibliográfico e hemerográfico.

Palavras-chave: Poder Local, Documentação, Informação, Memória, Património

Proposta

As “bases” de um projeto de criação do Centro de Documentação e Informação do Poder Local, integrado no âmbito da Câmara Municipal do Fundão.

A principal razão para a sua criação é a necessidade que existe de, implementar o planeamento e desenvolvimento de um programa sobre a temática da administração local autárquica, com base numa opção forçosamente interdisciplinar, plural, aberta e abrangente na defesa da memória coletiva e de ser útil numa perspetiva de referência aos valores cívicos, com tudo o que na própria lógica estratégica do municipalismo republicano se envolve de responsabilidade institucional e sociocultural.

Embora a sua esfera de ação esteja, em grande medida, relacionada com o território do concelho do Fundão, a estrutura do Centro inclui, é óbvio, também a missão primordial de assegurar múltiplas formas de estreita cooperação descentralizada com os diversos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, e os seus objetivos compreendem matérias e/ou tarefas como, entre outras, contribuir para a preservação documental da memória autárquica, valorizando o seu legado histórico; estudar, coligir, tratar e difundir os recursos disponíveis, subjacentes à instituição de um

acervo arquivístico, bibliográfico e hemerográfico; proporcionar apoio eficaz aos utilizadores dos serviços (autarcas, funcionários, técnicos administrativos, empresários, agentes de desenvolvimento local, estudantes e investigadores, em especial da área das ciências sociais e humanas) e todas as pessoas que se interessam pelas questões da descentralização, tornando-se um “polo” de atração dos cidadãos que atuam ou atuaram no seu campo; estabelecer prioridades corretas com vista a outras atividades, de natureza complementar, entre as quais a realização de colóquios, seminários e exposições; editar importantes documentos, acompanhados de textos introdutórios e notas; estabelecer atenção a uma correlação flexível com as comunidades educativas regionais, com particular destaque para a UBI (Universidade da Beira Interior) e promover o intercâmbio com organismos congéneres, de reconhecida qualidade.

É depositário de documentos únicos por natureza, os quais, em poder dos seus detentores/doadores, seriam pouco ou nada acessíveis aos beneficiários da sua consulta. Neste aspeto, há medidas para algumas secções especiais, inclusive os “fundos históricos locais”, de modo a permitir uma exploração eficaz dos recursos de natureza biblioteconómica, onde sobressai um fundo documental constituído por temas essenciais: publicações periódicas (a imprensa regional constitui um manancial inesgotável de informação sobre a temática), diplomas legislativos, monografias, teses e dissertações, relatórios e documentos diversos, reforma da administração territorial, finanças locais e públicas, desenvolvimento local, regionalização/descentralização, urbanismo, sociologia rural, etc.

Ainda no que concerne aos meios operativos, o Arquivo Municipal e, em particular, a Biblioteca Eugénio de Andrade desempenham um papel decisivo, no sentido de, com as suas potencialidades, proporcionarem um apoio técnico de grande utilidade, de acordo com o “perfil” especializado do Centro de Documentação e Informação.

É o principal dinamizador do protocolado em 9 de junho de 2017, entre o Município do Fundão e a Comissão Nacional da UNESCO, na criação do Centro UNESCO integrado na Casa das Memórias António Guterres sediado na aldeia de Donas. O Centro UNESCO enquanto espaço especialmente relevante na área do Património Cultural (material e imaterial, no quadro de um programa de atividades, que pretende contribuir de forma decisiva, para a intervenção sociocultural e cidadania participativa, no contexto da vasta região onde o concelho do Fundão se integra.

Em função das suas características e possibilidades, desenvolve o seu trabalho de acordo com algumas fórmulas específicas, a saber:

- a) Colaborar e cooperar com instituições locais, regionais e internacionais, nas ações e realizações que têm ligações com os supremos objetivos da UNESCO,
- b) Contribuir para a promoção do exercício de uma cidadania mais consciente e participativa;
- c) Desenvolver e produzir, materiais pedagógicos, potenciadores da cidadania e participação jovem.
- d) Recolha, produção e divulgação de materiais de informação.

Foi elaborado, também, um protocolo com a Biblioteca Central da Universidade da Beira Interior de intercâmbio, parceria e partilha, com o objetivo de fomentar e aprofundar as relações científicas, culturais, técnicas e profissionais com acesso á base de dados e no tratamento técnico e documental, com destaque para a construção de hemeroteca digital, um projeto que pressupõe a criação de um “sítio” de referência para a consulta online e difusão pública do universo fascinante relacionado com os temas socioculturais.

CONCLUSÕES

A criação deste Centro pretende promover a participação cívica local dos cidadãos, seduzindo as novas gerações para o exercício efetivo da cidadania. Porque, parafraseando o Poeta, cada vez mais a “*minha aldeia é todo o mundo*” e, numa perspetiva solidária, “*todo o mundo me pertence*”. No fundo, o sentimento de pertença a uma comunidade não inviabiliza a noção de humanismo universal. Decorrente da sociedade de informação, tornando mais visível a importância de interagir com outras comunidades e/ou organizações, que não é incompatível com a visão planetária da “*aldeia global*”.

Trata-se de, como preconiza um autor de referência (Greff,) defender uma correta atitude cívica, que pressupõe “*existência de um projeto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais*” dentro de “*um espaço de solidariedade ativa*”.

REFERÊNCIAS

Fidalgo, José, (2013), *Autarquia Inclusiva e Participada*. Santarém, Editora o Mirante

Henriques, José M., (1990), *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa, ed. Escher

Mota, Arlindo (2005), *Governo Local: Participação e Cidadania*, Lisboa, Forgráfica, Artes Gráficas,

Oliveira, Custódio (2012), *Governar é Comunicar*, Porto, Omnisinal Edições.

Silveira, Paulo Fernando Rodrigues (2017), *40 Anos do Poder Local Democrático (elementos essenciais para a história do poder local democrático no concelho do Fundão (1976-2016))*, Fundão, Grafisete.

Silveira, Paulo Fernando Rodrigues (2017), *Guia Prático do Autarca – Concelho do Fundão*, Edição Câmara Municipal do Fundão, Grafisete